

# “Descentralizar a negociação”

por Carlos Dias  
de São Paulo

O ex-diretor da área internacional do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, defendeu ontem na capital paulista uma descentralização para a negociação da dívida externa brasileira. Presente à divulgação da carta de conjuntura do mês de setembro, patrocinada pelo Conselho Regional de Economia de São Paulo, Carlos Eduardo avalia as vantagens de uma negociação em blocos, ou seja, distinguindo-se os credores externos hoje existentes.

“Precisamos fazer uma negociação sob medida ao invés de uma negociação prét-à-porter”, destacou. Para ele, o atual processo de negociação externa, caracterizado por entendimentos levando-se em conta o País como um bloco único, representando uma gama de devedores diferenciados, não é correto.

A proposta sugerida é que os devedores se dividam, por exemplo, entre grupos privados e estatais, que possuem ou não uma situação financeira líquida, governos estaduais e municipais e o Tesouro Nacional. Partindo-se desta distinção, que seria coordena-

da pelo Banco Central, haveria automaticamente uma melhoria quanto aos acordos firmados por “bloco”, obtendo-se, consequentemente, maiores deságios para cada grupo indistintamente.

Carlos Eduardo de Freitas salienta também que há um erro na visão dos economistas, que coincide com a intenção do “establishment” financeiro internacional, de que a dívida brasileira é um problema de balanço de pagamentos. Na verdade, deveria se observar a política fiscal, aponta. “Devido à nossa incapacidade de canalizar poupança, temos um hiato fiscal. Esta restrição fiscal tem de ser avaliada ao invés de se observar o balanço de pagamentos.”

## SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

O professor da PUC do Rio de Janeiro, Winston Fritsch, que também contribuiu para a carta de conjuntura, defende uma suspensão temporária do pagamento da dívida externa como forma de se atingir uma diminuição do volume principal devido.

Fritsch atenta ao detalhe de que a estratégia do Plano Brady — prevê uma redução da dívida dos países endividados — levou indiretamente a um bloqueio por parte dos grandes bancos norte-americanos, por possuirem um maior montante de créditos concedidos ao Brasil. Este bloqueio se configura quando se analisa uma ação conjunta de bancos credores, envolvendo tanto bancos pequenos como grandes, que não representa necessariamente os mesmos interesses.

“Podem perfeitamente existir incentivos para que credores individuais não fornecam novos créditos ou forcem o pagamento pleno das obrigações”, pondera Fritsch, quando se coloca negociações envolvendo um grande número de bancos, cuja coordenação tem caráter coletivo.

## MÉXICO

O economista da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, Arno Meyer, indaga em seu trabalho à conjuntura econômica a possibilidade de o Brasil trilhar o caminho do Méxi-

co para a negociação da dívida.

Meyer destaca que caso o País consiga articular um acordo nos moldes do mexicano, com o mesmo desconto obtido e com a aceitação para se reduzir o principal por parte dos bancos credores, isto significaria uma redução de transferências líquidas financeiras de aproximadamente US\$ 1,8 bilhão (ou 0,5% do PIB), com uma redução da dívida em torno de US\$ 14 bilhões.

Há, entretanto, diferenças fundamentais que devem ser realçadas na concepção do economista. Uma delas é de que o Brasil não deverá contar com o apoio norte-americano do mesmo modo que ocorreu com o México.

## TROCA DE MOEDA

O diretor da área internacional do Banespa, Fernando Sefton, também esteve presente ontem no Conselho Regional de Economia. A proposta de diretor do Banespa centra-se numa mudança da moeda da dívida do dólar para o franco suíço (ver matéria ao lado).